

Transação Tributária do Estado de Goiás

PERGUNTAS E RESPOSTAS



1. Conceito e Abrangência

Pergunta	Resposta (Base legal)
O que é a Transação Tributária?	É um acordo resolutivo de litígio que estabelece os requisitos e as condições para que o Estado de Goiás e os devedores realizem a extinção de litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza tributária.
Quem pode realizar a transação?	O Estado de Goiás, suas autarquias e outras entidades estaduais cuja representação incumbe à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) . A PGE exerce o juízo de conveniência e oportunidade para celebrá-la.
Quais débitos podem ser transacionados?	A transação abrange créditos de natureza tributária inscritos em dívida ativa . Os requisitos, as condições, as vedações estão previstos na LC nº 197/2024, Portaria nº 55-GAB/2025.
Quais são as modalidades de transação?	A transação pode ser realizada por adesão , quando o devedor adere aos termos e condições de um edital publicado pela PGE, ou por proposta individual ou conjunta , iniciada pelo devedor ou pelo credor.
A transação é um direito do contribuinte?	Não . A transação não constitui direito subjetivo do contribuinte, e o deferimento do pedido depende da verificação do cumprimento das exigências regulamentares.



QUITAGOIÁS
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

PGE GOIÁS

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Transação Tributária do Estado de Goiás

PERGUNTAS E RESPOSTAS



2. Prazos e Descontos

Pergunta	Resposta (Base legal)
Quais são os limites de desconto e prazo para a quitação dos débitos?	O desconto máximo permitido é de 65% do valor total dos créditos a serem transacionados, e o prazo máximo de quitação é de 120 (cento e vinte) meses .
Existem condições mais vantajosas para algum grupo de contribuintes?	Sim. Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) , ou empresas em recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência, a redução máxima é ampliada para 70% e o prazo máximo de quitação para 145 (cento e quarenta e cinco) meses .
Sobre o que incide o desconto?	Os descontos são concedidos nas multas, nos juros e nos demais acréscimos legais . É vedado reduzir o montante principal (valor originário) do crédito .
Como é determinado o grau de recuperabilidade da minha dívida?	A classificação é feita por segmentação, definida pela Secretaria de Estado da Economia, com base em critérios como a faixa de valor do PAT, o tipo de exequibilidade, a idade do auto de infração, e a situação cadastral .
Posso utilizar precatórios para amortizar o débito?	Sim. A transação pode contemplar a utilização de precatórios do Estado de Goiás, próprios ou de terceiros, para a amortização do saldo devedor transacionado, observadas as condições de lei específica e do edital que deverá trazer tal previsão.



QUITAGOIÁS
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

PGE GOIÁS

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Transação Tributária do Estado de Goiás

PERGUNTAS E RESPOSTAS



3. Adesão e Obrigações do Contribuinte

Pergunta	Resposta (Base legal)
Qual é o procedimento para solicitar a adesão (Edital 001/2025)?	O contribuinte deve solicitar seu cadastro, através de requerimento endereçado ao e-mail da Procuradoria-Geral do Estado ntt@pge.go.gov.br , para obter a simulação de seus créditos. Após a simulação, o seu pedido é submetido à análise da Procuradoria-Geral do Estado.
A partir de quando o acordo é formalizado?	O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos: a assinatura do termo eletrônico e o pagamento da parcela única ou da primeira parcela no prazo de seu vencimento.
O que acontece se eu tiver processos judiciais em curso?	O devedor deve desistir das impugnações ou recursos e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre os créditos incluídos na transação. Deve, ainda, requerer a extinção do respectivo processo com resolução de mérito .
Quais são as modalidades de transação?	Os valores depositados em juízo ou penhorados para garantia do crédito devem ser ofertados no termo de acordo para que sejam abatidos do valor líquido do débito. O devedor deve aquiescer à conversão desses depósitos em renda. A utilização de depósitos ou bloqueios judiciais para abatimento do valor remanescente é obrigatória .
A transação é um direito do contribuinte?	A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das execuções fiscais. A suspensão da exigibilidade ocorre apenas após a formalização da transação, mediante o pagamento da primeira parcela (ou parcela única), na modalidade de parcelamento.
A transação implica novação da dívida?	Não. A celebração da transação não implica a novação dos créditos por ela abrangidos.
O que a assinatura do termo implica?	A assinatura do termo, mesmo que não haja pagamento imediato, implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos.



QUITAGOIÁS
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

PGE GOIÁS

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Transação Tributária do Estado de Goiás

PERGUNTAS E RESPOSTAS



4. Vedações e Rescisão

Pergunta	Resposta (Base legal)
Quais créditos são proibidos de serem transacionados?	É vedada a transação que envolva débitos não inscritos em dívida ativa e também a que reduza o montante principal do crédito
Quais são as principais causas de rescisão da transação?	As causas incluem o descumprimento das condições e compromissos assumidos , a constatação de ato tendente ao esvaziamento patrimonial para fraudar o cumprimento, e o atraso no pagamento de mais de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não .
Se eu questionar a transação na Justiça, ela será rescindida?	Sim. Qualquer questionamento judicial sobre a matéria transacionada e sobre a própria transação é causa de rescisão.
O que acontece após a rescisão?	A rescisão implica o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas . Além disso, o contribuinte fica proibido de formalizar nova transação pelo prazo de 2 (dois) anos da data da rescisão, mesmo que relativa a débitos distintos.
Posso contestar a rescisão?	Sim. O devedor será notificado da rescisão e poderá impugnar o ato, tendo garantidos o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Se o vício for sanável, é admitida a regularização durante o prazo concedido para a impugnação.
Cabe recurso contra ato que decide a impugnação à rescisão?	Sim. O devedor será notificado da decisão que apreciar a impugnação à rescisão, por meio eletrônico, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo.



QUITAGOIÁS
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

PGE GOIÁS

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO